O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA): UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO[1]

Rodrigo Simão Camacho

Bolsista CAPES de pós-doutorado pelo programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Três Lagoas, MS. e-mail: rogeo@ymail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é o de, por meio de uma revisão bibliográfica e da análise do Manual de Operações do PRONERA, refletir acerca da política pública de Educação do Campo denominada "Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária" (PRONERA). O PRONERA é constituído por meio de uma parceria entre ***universidades, movimentos sociais e INCRA***, ou seja, é um modelo de gestão tripartite. O PRONERA é a construção prática e teórica da Educação do Campo. A formação de educadores-camponeses comprometidos com as causas coletivas de nossa sociedade, que sejam militantes dos movimentos sociais, e a busca por uma outra forma de desenvolvimento territorial no campo, com igualdade e sustentabilidade, estão entre os objetivos desta política pública.

Palavras-chave: Políticas Públicas; PRONERA; Educação do Campo.

ABSTRACT

The objective of this article is to, by means of a literature review and analysis of the Operations handbook PRONERA, reflect on the public politics of Countryside Education denominated "National Education Program in Agrarian Reform" (PRONERA). The PRONERA is formed through a partnership between ***universities, social movements and INCRA***, in other words, is a management model three-part. The PRONERA is the theoretical and practical construction of Education of the Countryside. A formation of teachers-peasants compromised with the collective causes of our society, that are militants of the social movements, and the search for another form of territorial development in the countryside, with equality and sustainability, are among the goals of this public politics.

Keywords: Public Politics; PRONERA; Countryside Education.

[1] Este texto é um pequeno recorte de uma tese de doutorado intitulada: "Paradigmas em Disputa na Educação do Campo", defendida no ano de 2014 no programa de pós-graduação em geografia da UNESP campus de Presidente Prudente-SP.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é o de analisar a política pública de Educação do Campo denominada Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). No território das políticas públicas de Educação do Campo, temos o PRONERA. O Programa nasceu em 1998 da luta das representações dos movimentos sociais e sindicais do campo. A história da Educação do Campo está diretamente relacionada com a conquista de políticas públicas. A primeira grande conquista da Educação do Campo foi o PRONERA.

O PRONERA é a construção teórica-prática da Educação do Campo. Ele está vinculado ao Movimento da Articulação Nacional Por uma Educação do Campo. Os dois movimentos fazem parte do mesmo tempo histórico. O Programa funciona como uma espécie de indutor da própria reflexão e de muitas ações da Educação do Campo. O objetivo central é a construção de uma educação adequada à lógica do trabalho e da cultura nos territórios dos povos do campo em busca de uma outra forma de desenvolvimento (MOLINA, 2004; CAMACHO, 2014).

É uma experiência inovadora na medida em que foi implantada num território marcado historicamente pela exclusão social e ausência de políticas públicas na área da educação. Seu principal objetivo é fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas. Podemos afirmar que o mesmo auxilia como instrumento para a construção de outra forma de desenvolvimento territorial no campo com mais equidade e sustentabilidade, tendo em vista que este já propiciou a formação educacional de milhares de jovens no campo.

O PRONERA é constituído numa parceria entre universidades, movimentos sociais e governo federal, representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou seja, este programa se constrói por meio de um modelo de gestão tripartite. Demonstrando um avanço na gestão democrática das políticas públicas no país. Seus projetos se orientem por cinco princípios fundamentais: a ***inclusão***, a ***participação,*** a ***interatividade***, a ***multiplicação*** e a ***parceria.***

Para a construção desse artigo utilizamos como instrumento metodológico a revisão bibliográfica em diálogo com a análise do documento "Manual de Operações do PRONERA" de 2011[2].

O PRONERA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

[2] Para maiores informações confira a tese de doutorado de Rodrigo Simão Camacho (2014) intitulada: "Paradigmas em Disputa na Educação do Campo". Nesta tese, o leitor poderá encontrar a pesquisa em sua íntegra e as outras metodologias utilizadas.

As políticas públicas fazem parte da construção de uma concepção de igualdade jurídico-política presente em nossa sociedade atual. Elas significam a materialização dos direitos contidos no artigo 6º da Constituição Federal brasileira de 1988. Dentre estes direitos constitucionais está a educação. O Estado é obrigado, devido a Constituição Federal, a implantar ações que sejam capazes de criar condições de garantirem a igualdade de direitos a todos os cidadãos. Os direitos são universais, e somente o Estado tem condições de instituí-los mediante suas ações, ou seja, por meio de políticas públicas. Pelo fato de as desigualdades existentes no acesso à educação pública no campo serem muito grandes, isto obriga o Estado, respeitando a constituição, implantar políticas específicas que sejam capazes de minimizar os prejuízos já sofridos pela população do campo por terem sidos privados historicamente do direito à educação escolar (MOLINA, 2012).

A história da Educação do Campo está diretamente relacionada com a conquista de políticas públicas. A primeira grande conquista da Educação do Campo foi o PRONERA. Mas, o tema de políticas públicas adquire caráter central a partir da II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, quando se consolida com a expressão ***Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado*** (MOLINA, 2012).

Para Mônica Molina (2004), o PRONERA é a construção teórica-prática da Educação do Campo. Ele está vinculado ao Movimento da Articulação Nacional Por uma Educação do Campo. Os dois movimentos fazem parte do mesmo tempo histórico. O PRONERA funciona como uma espécie de indutor da própria reflexão e de muitas ações da Educação do Campo. Este programa tem como objetivo a construção de uma educação adequada à lógica do trabalho e da cultura nos territórios dos povos do campo em busca de uma outra forma de desenvolvimento. Em suas palavras, o PRONERA está "[...] realimentando as práticas educacionais em que os sujeitos, o seu território, as formas de organização do trabalho, a cultura, são fundamentais para instituição de um outro modelo desenvolvimento, socialmente justo e ecologicamente sustentável". (2004, p. 61, grifo nosso).

De acordo com o Manual de Operações do PRONERA, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida nas áreas de Reforma Agrária. Seu principal objetivo é fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas. O Programa nasceu em 1998 da luta das representações dos movimentos sociais e sindicais do campo.

A implantação deste programa permitiu que milhares de jovens e adultos, trabalhadores das áreas de Reforma Agrária tenham o direito do acesso a diferentes níveis de ensino (BRASIL/PRONERA, 2011).

A inserção da Educação do Campo na agenda pública se dá a partir da ação dos movimentos socioterritoriais camponeses, sobretudo, do MST. As experiências educativas alternativas que vinham desenvolvendo em seus acampamentos e assentamentos foram sistematizadas nos seminários e encontros regionais e nacionais a partir da segunda metade da década de 1990. Foi quando em 1998 ocorreu a 1ª Conferência Nacional Por Uma Educação Básica no Campo, cujo objetivo era de sensibilizar a sociedade e os órgãos governamentais acerca da importância de implantação das políticas públicas para garantir o direito de uma educação adequada para a população do campo. No contexto da implementação de ações educativas para a população dos acampamentos e assentamentos rurais, é que foi elaborada a proposta do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (ANDRADE; DI PIERRO, 2004).

Então, em abril de 1998 o PRONERA foi criado com o objetivo de proporcionar educação aos jovens e adultos moradores dos assentamentos de Reforma Agrária. No entanto, apesar de ter iniciado suas atividades com a educação de jovens e adultos, já em 1999 ampliou suas modalidades educativas para os cursos técnicos/profissionalizantes e os de ensino superior, sendo que atualmente conta, também, com pós-graduação. O PRONERA compreende hoje as ações de alfabetização de jovens e adultos, escolarização nos níveis fundamental, médio, superior e pós-graduação, formação continuada de professores, formação técnico-profissional para a saúde, a comunicação, a produção agropecuária e a gestão do empreendimento rural. Todas estas modalidades de educação estão pautadas em metodologias de ensino adequadas a realidade sociocultural do campo (ANDRADE; DI PIERRO, 2004).

No período de 1998 a 2010, o PRONERA foi responsável pela escolarização e formação de cerca 400 mil jovens e adultos assentados e/ou acampados da reforma agrária. O Programa capacitou cerca de 300 profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias para atuarem na Assessoria Técnica, Social e Ambiental junto aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e agricultura familiar (BRASIL, 2011).

Em termos de política pública específica, por meio da interação com os movimentos sociais camponeses, a experiência do PRONERA conseguiu se relacionar com a extrema diversidade de situações presentes no campo brasileiro.

Diversidade esta que envolve desde a heterogeneidade dos sujeitos sociais do campo, bem como a diversidade das condições culturais, ambientais, geográficas e de organização da produção agrícola. Esta característica do PRONERA somente foi possível devido à interlocução direta que foi travada com os protagonistas deste processo (MOLINA, 2004).

De acordo com Márcia Regina Andrade e Maria Clara Di Pierro (2004b), o PRONERA, enquanto política pública, é uma experiência inovadora na medida em que foi implantada num território marcado historicamente pela exclusão social e ausência de políticas públicas na área da educação. Resultado da conquista, principalmente, dos movimentos sociais camponeses, o PRONERA, criado oficialmente em abril de 1998, tem o objetivo de reduzir o analfabetismo e elevar o nível de escolarização das crianças, jovens e adultos assentados. Sua inovação se dá a partir de duas características que lhes são inerentes. A primeira é a de criar e implementar uma metodologia de ensino relacionada a ***realidade sociocultural dos assentamentos***. A segunda característica inovadora do PRONERA é a de se constituir sob um modelo de gestão participativa envolvendo três parcerias fundamentais: ***universidades, movimentos sociais e governo federal***.

Esta parceria entre ***universidades, movimentos sociais e governo federal*** (Superintendências Regionais do INCRA) é um ***modelo de gestão tripartite***. O grau de democracia na gestão compartilhada depende das características dos parceiros, isto é, do envolvimento e da forma de participação de cada sujeito (JESUS, 2004). As ***universidades*** cumprem as seguintes funções: fazer a mediação entre os movimentos sociais e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fazer a gestão administrativo-financeira e a coordenação pedagógica dos projetos. Os ***movimentos sociais*** estão representados, principalmente, pelo MST, pelos sindicatos filiados a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Eles fazem a ligação direta com a comunidade. O ***INCRA*** é responsável pelo acompanhamento financeiro, logístico e pela articulação interinstitucional (ANDRADE; DI PIERRO, 2004a).

O processo para a aprovação dos projetos é feito da seguinte maneira, as instituições de ensino encaminham o projeto para a ***Superintendência Regional do INCRA***, onde a equipe do PRONERA o avaliará. Depois, o projeto é encaminhado à ***Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania*** para análise da ***Comissão Pedagógica Nacional (CPN)*** (BRASIL, 2011). A

Comissão Pedagógica Nacional cuida para que os projetos se orientem por cinco princípios fundamentais que compõe o PRONERA: a ***inclusão***, a ***participação,*** a ***interatividade***, a ***multiplicação*** e a ***parceria*** (ANDRADE; DI PIERRO, 2004a).

A ***inclusão*** é o princípio que defende a ampliação das condições de acesso à educação. A ***participação*** é a garantia que os beneficiários e seus parceiros têm participarem da elaboração, execução e avaliação dos projetos. A ***interatividade*** diz respeito à forma como as parcerias entre órgãos governamentais, instituições de ensino superior, movimentos sociais e sindicais e comunidades assentadas estabelecem um diálogo permanente. A ***multiplicação*** diz respeito à ampliação não só o número de alfabetizados, mas também de monitores, profissionais e agentes mobilizadores que podem dar continuidade aos processos educativos. A ***parceria*** é a condição para a realização das ações do PRONERA. São considerados parceiros do programa: as Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão, Públicas e Privadas sem fins lucrativos e fundações de apoio; As Secretarias Municipais e Estaduais de Educação; Os movimentos sociais e sindicais representativos do público beneficiário (BRASIL, 2011). Os projetos são implementados apenas quando ocorre a formalização do convênio entre o ***INCRA*** e a ***instituição de ensino*** proponente que deve comprovar a adesão dos ***movimentos sociais*** organizados à iniciativa (ANDRADE; DI PIERRO, 2004a).

Foi à pressão desencadeada pela ação social de reivindicação da garantia de seus direitos pelos camponeses que fez com que Estado criasse espaços institucionais para o desenvolvimento de ações públicas destinadas a atender as demandas educacionais do campo. Isto comprova a importância do protagonismo dos movimentos sociais na disputa pela construção de políticas públicas de Educação do Campo (MOLINA, 2012).

A participação dos movimentos sociais para a criação do programa foi decisiva por dois motivos. O primeiro diz respeito ao fato da pressão feita pelos mesmos sobre o governo federal e sobre o congresso para a concretização do programa e a liberação de recursos. A segunda contribuição dos movimentos sociais diz respeito à influência de suas experiências pedagógicas que foram incorporadas ao programa. Dentre estas influências podemos citar: a adesão à perspectiva freireana de alfabetização de adultos ou adoção do regime de alternância nos cursos de Formação de Educadores (ANDRADE; DI PIERRO, 2004b).

As parcerias estabelecidas entre o Estado e a sociedade compreendem a uma

tentativa de construção de uma democracia para além desse ***modelo de democracia liberal***. A estratégia é a de democratizar os espaços públicos. A Educação do PRONERA é uma conquista dessa participação social, mas passa a ser também um mecanismo de participação social das comunidades locais. Em outras palavras:

> O que nós estamos chamando de ***parcerias*** deve ser compreendido como possibilidades alternativas fora do ***modelo de democracia liberal*** apontado nas estratégias do Estado moderno. As parcerias precisam existir para ajudar a redesenhar as instituições no sentido de ***democratizar os espaços públicos*** como públicos e não como agências alimentadoras de interesses privados. [...]. (JESUS, 2004, p. 99, grifo nosso).

De acordo com Sonia M. S. Azevedo de Jesus (2004), o PRONERA nos possibilita identificar que é possível exercitar uma forma de organização política mais vasta do que aquela que se baseia no Estado centralizador, se aproximando daquilo que Boaventura de Souza Santos tem afirmado que "O Estado deve ser o grande articulador que integre um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações que se combinem e interpenetrem elementos estatais e não-estatais, nacionais e globais". (*apud* JESUS, 2004, p. 98).

Partindo da perspectiva de que a política pública de Educação do Campo é o resultado da luta dos movimentos sociais, o "[...] MEC abre espaço na máquina estatal para as vozes desses sujeitos organizados que já vinham sedimentando as bases de uma política pública de Educação do Campo". (MUNARIM, 2006, p. 17). Portanto, a função da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão e da Coordenação-Geral de Educação do Campo no interior do MEC é mediar o processo de construção de uma política pública de Educação do Campo entre os movimentos sociais e o Estado. Para isto o mesmo tem que enfrentar alguns conflitos inerentes a esta relação de diálogo entre o poder público e a sociedade civil organizada que está disputando territórios imateriais no interior do Estado (MUNARIM, 2006).

Existem três eixos estratégicos que formam as concepções norteadoras da prática da Coordenação-Geral de Educação do Campo. O primeiro eixo é a construção de outro paradigma que veja o campo como um espaço de vida. Ou seja, "[...] consiste na busca de construção de uma nova base conceptual sobre o campo e sobre a Educação do Campo. Trata-se da busca de superação do paradigma dominante, que, antes de tudo, projeta o campo como a faceta atrasada da sociedade". (MUNARIM, 2006, p. 19). O segundo eixo, é o da

construção da esfera pública. Que envolve o espaço discursivo, o espaço da mídia e da opinião pública. Nesse território imaterial os paradigmas se afirmam ou desaparecem. O terceiro eixo é o do Estado em ação, é a construção de políticas públicas de Educação do Campo definidas como prioritárias pelo Estado (MUNARIM, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências de Educação do Campo que estão sendo desenvolvidas a partir do PRONERA permitem que visualizemos o protagonismo da sociedade civil organizada, por meio dos movimentos sociais camponeses, na elaboração de uma política pública que está construindo uma nova visão sobre o Campo, sobre a Educação e a Democracia.

A formação de 400 mil jovens e adultos assentados e/ou acampados da reforma agrária e a capacitação de cerca de 300 profissionais para atuarem na Assessoria Técnica, Social e Ambiental nos Assentamento de Reforma Agrária e na agricultura familiar camponesa, demonstra a efetivação de seu objetivo de construção de um desenvolvimento territorial rural economicamente justo e ambientalmente sustentável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. A construção de uma política de educação na reforma agrária**.** In: ANDRADE, Marcia Regina et al*.* (Org.)*.* **A educação na reforma agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004a. p. 19-54.

ANDRADE, Márcia Regina et al. (Org.) **A educação na reforma agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004b. p. 37-56.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Manual de operações do Pronera**. Brasília: MDA/INCRA, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. 806 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Pronera e a construção de novas relações entre estado e sociedade. In: ANDRADE, Marcia Regina et al. (Org.)*.* **A educação na reforma agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 89-100.

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas públicas. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 587-596.

MOLINA, Mônica Castagna. Pronera como construção prática e teórica da educação do campo. In: ANDRADE, Marcia Regina et al. (Org.)*.* **A educação na reforma agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 61-85.

MUNARIM, Antonio. Elementos para uma política pública de educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

Recebido para publicação em 01/08/2014
Revisado em 25/08/2014
Aceito em 01/09/2014